

O pacto da mediocridade

Ao exaltar a condição eqüidistante da miséria e da opulência, Horácio cunhou a expressão *aurea mediocritas*, mediocridade dourada. Vivesse hoje, contemplando o panorama político brasileiro, talvez preferisse dizer, em vez de "dourada", "deprimente". Ou porventura o leitor mais generoso é capaz de distinguir, por detrás das notícias que marcam nosso futuro, um traço de grandeza? A pequenez da mediocridade — perdoem-nos a tautologia, se houver — está presente em todas as decisões, a começar as do presidente da República, que escolheu linguagem cifrada para comunicar-se com o público. Há muito não se encontra um político que mereça a classificação de estadista. O leitor se lembrará do último?

Não cabe falar da Montanha nem do Pântano; seria admitir que há alguém nas alturas. Não há. Existem, reconheça-se com prazer, funcionários públicos exemplares que fariam inveja a qualquer administração de país desenvolvido; há intelectuais que podem ombrear com seus colegas do Norte sem temer comparação; empresários operosos, trabalhadores eméritos. Faltam, no entanto, homens de Estado. Por falta deles, ou por não haver mais doutrina ou ideologia que ofereça aos cidadãos um futuro de grandeza, ainda que cheio de sacrifícios, o País se sente como que possuído por um estranho sentimento de vazio.

Na votação do ajuste fiscal, registrou-se

uma quase unanimidade que se pode traduzir em poucas palavras: o pacto da mediocridade. O Executivo precisava do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). A reforma fiscal que se desejava estabelecer desde a administração Collor de Mello era mais ampla. Como, no entanto, feria interesses estabelecidos, optou-se pela solução mais fácil e mais mediocre como concepção e como resultados, que é o IPMF, que não dará ao Executivo, em 1993, os bilhões de dólares de que necessita para equilibrar suas contas, mas cuja aprovação permitiu que se exercitassem todas as artes da velha política. Artes tão arteiras que o governador Fleury, que poderia criar obstáculos à aprovação do projeto final do Executivo em nome dos interesses dos Estados (que não pagam o que devem), concordou em liberar (!) sua bancada na Câmara, anunciando que no Senado continuará batalhando para a modificação do projeto. O pacto da mediocridade permitiu que se rejeitasse a possibilidade de as empresas estatais ter sua falência decretada. A falência delas não era a grande medida contra a estatização, como já dissemos em editorial anterior; sua rejeição, porém, demonstra claramente que na Câmara prevalece o espírito tacanho dos anos 50, ou do período militar que as criou; em



suma, da mediocridade. Seria possível ser diferente, contudo?

Desgraçadamente, não. A votação do ajuste fiscal, associada ao código pessoal com que o presidente da República dá seus recados à sociedade, ou à predileção de S. Exa. pelo Fusca como solução para o problema da locomoção e de status dos trabalhadores, só poderia espelhar a realidade do Congresso, do qual o chefe de governo é originário. Ou a eleição dos presidentes do Senado e da Câmara traduz a existência de movimentos políticos que se situem acima da deprimente mediocridade que nos arrasta lentamente não para o desespero, sempre criador na revolta, mas para a desesperança?

O senador Humberto Lucena tem seu nome ligado a não se sabe quantos "trens da alegria" que empanaram o brilho do Senado; o deputado Inocêncio de Oliveira representa aquilo que se pretendeu sempre combater, que, se para S. Exa. não tem o nome de fisiologismo, para o público em geral tem. Fisiologismo mediocre, que permite que se difunda a idéia de que o presidente da Câmara é o vice-presidente da República, quando não é. Substituirá, isto sim, o presidente Itamar quando S. Exa. for a Portugal, a fim de evitar que lhe tomem o lugar, como se dizia nas cantigas

de infância. Mais nada. Se o destino for cruel, o presidente da Câmara assumirá a Presidência por 30 dias, durante os quais o presidente do Congresso, o senador Humberto Lucena, providenciará a eleição do substituto constitucional do vice-presidente da República que se tornou chefe de Estado. Esse anunciar de posições que não existem; essas festas comemorativas por antecipação; esse não desmentir do desejo de fazer estátua para Lampião, tudo isso marca a mediocridade que impera na Câmara dos Deputados e nos domina, sem esperança de mudança.

A classe política não se apercebeu de que o povo perdeu a confiança nela. Está cega aos sintomas, já fatos gritantes, de que a solidariedade que unia os brasileiros começa a se esgarçar, como se verifica no triste episódio de migrantes que são tratados, no Rio de Janeiro, como coisa e, depois, expulsos por um policial qualquer para São Paulo, onde não se sabe se foram ou não recebidos como brasileiros pobres ou como migrantes indesejáveis.

Desgraçadamente, depois que se fizer a apuração do plebiscito, que terá mudado? O País continuará a ser dirigido pelos mesmos homens, e da inflação e da grandeza nacional ninguém dará conta, pois os que deveriam fazer os sacrifícios e enunciariam grandes metas participam do grande pacto da mediocridade que nos sufoca a todos.